EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 1280/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO, MIGRAÇÃO INTEGRAL DE DADOS, HOSPEDAGEM EM TERRITÓRIO NACIONAL, MANUTENÇÃO, SUPORTE, ATUALIZAÇÃO LEGAL E TECNOLÓGICA, INTEGRAÇÕES, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CONTINUIDADE, REVERSIBILIDADE E PLANO DE SAÍDA, ABRANGENDO A PREFEITURA MUNICIPAL, O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E, QUANTO À CÂMARA DE VEREADORES, EXCLUSIVAMENTE A FUNCIONALIDADE DE PROTOCOLO INICIAL E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS AO PODER EXECUTIVO.

Modo de Disputa: Aberto
Tipo de Julgamento: Menor Preço – Global
Orçamento Sigiloso: Não
Data e Hora: 1º de dezembro de 2026 – 09h
Limite para propostas: 1º de dezembro de 2026 – 08h59min
Referência de Tempo: Horário de Brasília
Site: www.portaldecompraspublicas.com.br

O **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ-RS,** Pessoa Jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Av. Silvio Sanson, nº 1135, Centro, na cidade de Guaporé - RS, por meio do Setor de Licitações, torna público aos interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2026,** através do site *www.portaldecompraspublicas.com.br*, com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA**

MUNICIPAL, AMBIENTADO EM NUVEM, NA FORMA DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO), SEM LIMITE DE USUÁRIOS, INCLUINDO SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E MANUTENÇÃO (CORRETIVA E LEGAL), PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, pelo critério de **Menor Preço – Global,** sendo do tipo **Menor Preço,** de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 7446/2023, de 28 de novembro de 2023, bem como as condições a seguir estabelecidas.

ORIGEM: Solicitação de Materiais nº 960 de 2026.
SOLICITANTE: Secretaria Municipal da Administração.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, AMBIENTADO EM NUVEM, NA FORMA DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO), SEM LIMITE DE USUÁRIOS, INCLUINDO SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E MANUTENÇÃO (CORRETIVA E LEGAL), PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,** cuja descrição e detalhamento consta no Termo de Referência, anexo do presente edital.

1.2. O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. Constituem o objeto da presente licitação os seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	12	Mês	SOLUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA	102.500,00	1.230.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 1.230.000,00**	

1.3.1. Será utilizada a seguinte distribuição de valores baseada no **Rateio Proporcional por Pontuação Funcional Ponderada**:

Secretaria / Órgão Beneficiário	% Novo (Participação)	Novo Valor Anual (R$)	Novo Valor Mensal (R$)
Secretaria da Fazenda	26,84%	R$ 330.129,87	R$ 27.510,82
Secretaria de Saúde	21,65%	R$ 266.233,77	R$ 22.186,15
Secretaria da Administração *(exclusivo RH/Compras/Patrimônio/Frota)*	16,45%	R$ 202.337,66	R$ 16.861,47
Secretaria de Educação	10,82%	R$ 133.116,88	R$ 11.093,07
Secretaria de Assistência Social	6,06%	R$ 74.545,45	R$ 6.212,12
Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte	5,63%	R$ 69.220,78	R$ 5.768,40
RPPS (Gestão Previdenciária)	4,76%	R$ 58.571,43	R$ 4.880,95
Secretaria do Meio Ambiente	2,16%	R$ 26.623,38	R$ 2.218,61
Secretaria de Obras	1,73%	R$ 21.298,70	R$ 1.774,89
Controle Interno	1,30%	R$ 15.974,03	R$ 1.331,17
Secretaria de Agricultura	0,87%	R$ 10.649,35	R$ 887,45
Trânsito / Defesa Civil	0,87%	R$ 10.649,35	R$ 887,45
Câmara de Vereadores	0,87%	R$ 10.649,35	R$ 887,45
TOTAL GERAL	100,00%	R$ 1.230.000,00	R$ 102.500,00

1.4. O objeto da presente contratação deverá prever:

a) levantamento e diagnóstico inicial;
b) planejamento da implantação;
c) configuração e parametrização;
d) instalação e disponibilização dos ambientes;
e) migração integral dos dados;
f) testes e validações;
g) treinamento dos usuários;
h) entrada em produção;
i) licenciamento/locação durante a vigência contratual;
j) hospedagem em ambiente nacional;
k) suporte técnico;
l) manutenção corretiva, preventiva, adaptativa, evolutiva e legal;
m) atualização tecnológica;
n) integração com sistemas externos;
o) disponibilização de ambiente de homologação;
p) mecanismos de segurança da informação;
q) backup e recuperação;
r) monitoramento e continuidade operacional;

s) apoio técnico presencial e remoto;
t) documentação;
u) reversibilidade e apoio à transição ao término da contratação.

1.5. A solução deverá ser predominantemente web, permitindo acesso por navegador compatível, sem dependência de instalação de componentes proprietários nas estações de trabalho, salvo quando tecnicamente indispensável e previamente justificado.

1.6. Deverá ser permitida a utilização simultânea pelos usuários autorizados, sem cobrança individual de licenças por usuário, observados os limites e condições estabelecidos no contrato.

1.7. A solução deverá possuir ambiente permanente de homologação/testes, separado do ambiente de produção, destinado à validação de alterações, atualizações, parametrizações e integrações antes de sua disponibilização definitiva.

1.8. A integração entre módulos deverá ocorrer de forma nativa sempre que tecnicamente possível, evitando-se a necessidade de redigitação de informações já existentes na base de dados.

1.9. Quando necessária integração com sistemas externos, a solução deverá disponibilizar mecanismos adequados, inclusive APIs, WebServices ou outros meios tecnicamente compatíveis e devidamente documentados.

1.10. O conjunto de funcionalidades encontra-se detalhado no Anexo I do Termo de Referência, que integra o objeto para todos os fins.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. É de responsabilidade do licitante credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.2.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema

ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.2.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.2.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.2.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

2.2.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. VEDAÇÕES

3.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou

coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a propostas inseridas no sistema até a abertura da sessão pública.

4.3. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e **total** para cada item**,** em moeda corrente nacional, com duas casas decimais após a vírgula, incluída a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas;

b) Marca e modelo do item ofertado;

c) Descrição detalhada do objeto, contendo todos os módulos integrantes da solução apresentada na proposta;

d) Valor da Hora Técnica;

e) Indicar conta bancária e chave PIX CNPJ, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025 e Decreto n° 7959/2025.

4.4. O **prazo de validade** da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública, estabelecida no preâmbulo desse edital, devendo ser declarado no sistema.

4.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

a) Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

b) Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;

c) Sob pena de desclassificação, declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) Declaração para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

e) Declaração de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

g) Declaração, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Para as empresas que desejam se beneficiar do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

h) Declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

i) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.7.1. Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhadas no prazo de 01 (um) dia útil.

5. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet.

5.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.3. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.4. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.6. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.7. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

5.8.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

5.8.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.8.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

5.8.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.

5.11. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.

5.15. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam as alíneas "h" e "i" do item 4.7 deste Edital;

6.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.1.1, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

6.1.3. O disposto no item 6.1.2 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

6.2. Se não houver licitante que atenda ao item 6.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Rio Grande Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009, de 29 de dezembro de 2009.

7. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

7.2. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

7.3. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

7.5.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.2. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6. O pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, através do site www.certidoes.cgu.gov.br.

7.6.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429/1992.

7.6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante detentora da melhor proposta deverá enviar os seguintes documentos, **em até 01 (um) dia útil**, quando solicitado pelo pregoeiro:

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) cópia do Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica ou no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural;

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente a Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

e) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na aplicação da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

8.5. Para as empresas que usufruíram dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser anexada juntamente à documentação de habilitação a Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento semelhante.

8.6. HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de 01 (um) atestado de capacidade técnica, comprovando que a proponente implantou e/ou que mantém em funcionamento sistema de gestão pública em sistema de nuvem (datacenter), tem pelo menos os seguintes módulos:

Área	Funcionalidade
Fazenda	Empenho
Fazenda	Conciliação bancária
Tributário	IPTU/arrecadação
Tributário	Dívida ativa
RH	Folha de pagamento
Saúde	Prontuário

Educação	Matrícula/ Gestão escolar
Processos	Processo digital
Transparência	Publicação automática
Integração	Integração entre módulos/API

b) Declaração de estrutura de pessoal técnica para sustentação/manutenção do projeto.

8.7. PROVA DE CONCEITO – PoC

8.7.1. Havendo aceite da proposta quanto ao valor e a regularidade da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá passar por uma avaliação prática (prova de conceito) no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo pregoeiro, com hipótese de prorrogação devidamente justificada, sob pena de desclassificação, em local, dia e horário de início de apresentação definidos na convocação. A Prova de Conceito consistirá em:
a) A automação de um processo teste, de escopo reduzido, dentro do domínio de negócio da área de virtualização de processo, fazendo uso da solução ofertada;
b) Um lista de checagem para fins de comprovação de atendimento a, pelo menos, 90% (noventa por cento) das especificações e funcionalidades definidas neste edital para cada grupo de requisitos da(s) solução(ões) de software a ser(em) fornecida(s);
c) A apresentação avaliará:

Área	Funcionalidade	Obrigatória	Resultado
Fazenda	Empenho	Sim	Aprovado/Reprovado
Fazenda	Conciliação bancária	Sim	Aprovado/Reprovado
Tributário	IPTU/arrecadação	Sim	Aprovado/Reprovado
Tributário	Dívida ativa	Sim	Aprovado/Reprovado
RH	Folha de pagamento	Sim	Aprovado/Reprovado
Saúde	Prontuário	Sim	Aprovado/Reprovado
Educação	Matrícula/ Gestão escolar	Sim	Aprovado/Reprovado
Processos	Processo digital	Sim	Aprovado/Reprovado
Transparência	Publicação automática	Sim	Aprovado/Reprovado
Integração	Integração entre módulos/API	Sim	Aprovado/Reprovado

8.7.2. Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos, será feita a convocação da licitante classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, até que seja encontrada licitante aprovada ou não haja mais licitantes a serem avaliadas,

8.7.3. A prova de conceito será acompanhada, examinada e avaliada por Comissão Técnica de Avaliação.

8.7.4. Considera-se eliminado na prova de conceito o licitante que deixar de satisfazer, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos requisitos constantes neste item.

8.7.5. As provas de conceito serão realizadas de forma presencial, na sede da Prefeitura Municipal de Guaporé, Av. Silvio Sanson, 1135, Centro, Guaporé, em horário definido com antecedência pela Comissão Técnica de Avaliação.

8.7.5.1. Na impossibilidade de realização da prova de conceito de forma presencial, a licitante poderá solicitar a realização de forma virtual/remota, desde que justifique o motivo da impossibilidade.

8.7.6. As licitantes poderão participar, na qualidade de observadores, do processo de prova de conceito das outras licitantes. Para isso, deverão indicar apenas um profissional representante para acompanhar. Os representantes das empresas participantes não poderão interromper a prova de conceito de nenhum modo, sendo-lhes permitido, apenas, fazer constar um breve pronunciamento ao final da ata, se for o caso.

8.7.7. A licitante deverá apresentar a prova de conceito em ambiente de nuvem de sua responsabilidade ou, se a preferir, poderá instalar o ambiente de demonstração no datacenter da contratante. Neste último caso, caberá à contratante disponibilizar apenas ambiente de máquina virtual para instalação da solução, cabendo à licitante realizar a instalação e prover todos os demais recursos porventura necessários ao cumprimento das exigências, incluindo os ambiente e infraestrutura de software para execução da avaliação, nos prazos estabelecidos para início da prova de conceito.

8.7.8. A Comissão Técnica de Avaliação realizará a avaliação da aplicação e apresentará relatório técnico que demonstre o funcionamento da automação realizada, evidencie o atendimento a todos os requisitos de integração e certificação digital, prorrogável por igual período, a critério da própria comissão. Esse relatório conterá a conclusão final de APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO da solução ofertada.

8.7.9. No caso da REPROVAÇÃO da solução apresentada, o relatório técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentam a decisão, identificando as especificações e critérios objetivos definidos no instrumento convocatório que não foram atendidos.

8.7.10. O tempo de duração da prova de conceito poderá ser acrescido em caso de situações de responsabilidade da contratante ou de eventos externos que interfiram na apresentação da licitante.

8.7.11. Depois de vencido o prazo de apresentação da prova de conceito, nos termos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência e anexos, não será permitida nova apresentação por parte da licitante.

9. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

9.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.3. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

9.4. O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado as declarações exigida neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao

edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 8.1 para o envio da documentação de habilitação.

9.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

10. RECURSOS

10.1. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação.

10.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
b) a apreciação dar-se-á em fase única.

10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.7. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o instrumento de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.4, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item 12.3, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) REQUISITOS FUNCIONAIS

a.1. A solução deverá atender integralmente às especificações técnicas constantes do Anexo I.

a.2. A implantação da nova solução não poderá implicar perda injustificada de funcionalidades existentes consideradas necessárias à continuidade das atividades administrativas.

a.3. A solução deverá possibilitar parametrização de acordo com as características, legislação, estrutura administrativa e procedimentos adotados pelo Município.

a.4. Os módulos deverão manter integração e consistência entre si, observadas as permissões de acesso de cada usuário.

a.5. As operações relevantes deverão possuir mecanismos de rastreabilidade e registro, permitindo identificar, quando aplicável, usuário, data, horário e operação realizada. As funcionalidades anteriormente descritas integram a solução de gestão pública e deverão operar de forma articulada, observadas as competências de cada unidade administrativa e os níveis de acesso definidos pelo Município. Considerando, ainda, a abrangência da solução e a necessidade de contemplar as diferentes políticas públicas municipais, o sistema deverá disponibilizar funcionalidades específicas para a gestão das áreas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, assegurando sua integração com os demais módulos e serviços digitais da Administração.

b) MIGRAÇÃO DE DADOS

b.1. A contratada deverá realizar a migração integral dos dados necessários à continuidade dos serviços, abrangendo, conforme aplicável, dados cadastrais, financeiros, contábeis, tributários, funcionais, históricos, documentos, imagens, anexos e demais informações existentes nas bases legadas.

b.2. A migração deverá compreender extração, tratamento, conversão, saneamento quando necessário, importação, validação e conferência.

b.3. Deverão ser realizados testes de consistência e integridade antes da entrada definitiva em produção.

b.4. Eventuais inconsistências identificadas durante a migração deverão ser corrigidas pela contratada, sem prejuízo da continuidade das atividades do Município.

b.5. A migração deverá ocorrer sem perda de dados e sem cobrança adicional pelo volume de informações necessário à continuidade operacional.

c) HOSPEDAGEM E INFRAESTRUTURA

c.1. A infraestrutura deverá possuir certificações reconhecidas ou equivalentes (ISO/IEC 27001, ISO 27018, Tier III ou laudos auditados), admitindo comprovação por documentação similar, conforme item 10 da Cartilha TCE-RS v2.0, garantindo ampla competitividade e vedando direcionamento.

c.2. Os dados deverão permanecer hospedados em território nacional.

c.3. A infraestrutura deverá possuir mecanismos de redundância, monitoramento permanente e recursos suficientes para assegurar o desempenho adequado da solução.

c.4. A disponibilidade mínima da solução deverá ser de 99,5%, ressalvadas indisponibilidades devidamente justificadas e aquelas expressamente previstas no SLA contratual.

c.5. Deverão ser adotados mecanismos de contingência e recuperação capazes de minimizar os impactos decorrentes de falhas de infraestrutura.

d) BACKUP E RECUPERAÇÃO

d.1. A contratada deverá manter política de backup suficiente para preservar a continuidade e a integridade das informações.

d.2. Deverão ser observadas, no mínimo, as seguintes retenções:
a) backups diários dos últimos 30 dias;
b) backups mensais dos últimos 12 meses;
c) backups anuais dos últimos 4 anos.

d.3. Os backups deverão ser mantidos em infraestrutura segura e localizada em território nacional.

d.4. A contratada deverá possuir procedimentos documentados de restauração e recuperação de dados.

d.5. Quando solicitado pelo Município, deverão ser apresentados registros ou evidências dos procedimentos de backup e restauração.

e) SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

e.1. Os dados produzidos, armazenados ou tratados no âmbito da solução pertencem ao Município, não podendo ser utilizados pela contratada para finalidade diversa daquela necessária à execução contratual.

e.2. A solução deverá possuir mecanismos de controle de acesso por usuário, perfil e grupo de permissões.

e.3. Deverão ser adotadas medidas de segurança destinadas a impedir acesso não autorizado, alteração indevida, perda, destruição, vazamento ou tratamento incompatível com as finalidades administrativas.

e.4. A contratada deverá observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

e.5. Eventuais incidentes de segurança que possam comprometer dados ou serviços municipais deverão ser comunicados imediatamente ao Município, acompanhados das informações disponíveis e das providências adotadas para contenção e correção.

e.6. Não será permitida a replicação de backups ou armazenamento de cópias de dados municipais fora do território nacional.

f) SUPORTE TÉCNICO E NÍVEIS DE ATENDIMENTO

f.1. O suporte deverá ser prestado por canais remotos, incluindo, conforme disponibilidade da contratada, telefone, WhatsApp, chat, e-mail e sistema de chamados/ticket.

f.2. Os chamados deverão ser registrados e permitir acompanhamento de seu histórico e situação.

f.3. O tempo máximo para início do atendimento deverá observar, no mínimo:

Criticidade	**Início do atendimento**
Crítica	2 Horas
Alta	Até 4 Horas
Média	Até 1 dia
Baixa	Até 2 dias

f.4. O tempo de início do atendimento não se confunde com o prazo para solução definitiva, devendo os prazos de solução, contingência e restabelecimento ser estabelecidos em matriz própria de SLA.

f.5. Deverá ser disponibilizado suporte presencial por, no mínimo, 36 dias por ano, conforme necessidade e planejamento do Município.

f.6. A contratada deverá manter equipe tecnicamente capacitada para atendimento das demandas relacionadas aos módulos contratados.

g) ATUALIZAÇÕES LEGAIS E TECNOLÓGICAS

g.1. As atualizações necessárias em razão de alterações legais, regulamentares ou de sistemas oficiais deverão ser realizadas pela contratada sem cobrança adicional quando relacionadas ao funcionamento regular da solução contratada.

g.2. Deverão ser contempladas, quando aplicáveis, alterações relacionadas a sistemas e obrigações oficiais, inclusive SIAFIC, eSocial, LGPD, Sinter, exigências do TCE/RS e demais sistemas oficiais que impactem diretamente os módulos contratados.

h) CAPACITAÇÃO

h.1. A contratada deverá promover treinamento dos usuários antes da entrada de cada módulo em produção.

h.2. O treinamento deverá ser realizado por área e funcionalidade, contemplando usuários operacionais, gestores e demais servidores indicados pelo Município.

h.3. Deverão ser disponibilizados manuais de utilização e, quando aplicável, registros ou gravações dos treinamentos realizados.

i) REVERSIBILIDADE E ENCERRAMENTO

i.1. Ao término da contratação, rescisão, extinção ou não renovação, a contratada deverá fornecer ao Município todos os dados e informações necessários à continuidade dos serviços e à transição para outra solução.

i.2. A exportação deverá contemplar, conforme aplicável:
a) banco de dados completo;
b) arquivos em formatos abertos;
c) arquivos .sql;
d) arquivos .csv;
e) documentos;
f) imagens;

g) históricos;
h) anexos;
i) estruturas necessárias à interpretação dos dados;
j) dicionário de dados e documentação técnica disponível.

i.3. A contratada deverá prestar apoio técnico durante a transição, dentro das condições estabelecidas no contrato.

i.4. Não poderá haver retenção dos dados municipais como forma de garantia de pagamento ou por qualquer outro motivo.

i.5. A eliminação definitiva de dados pela contratada somente poderá ocorrer após autorização formal do Município e conclusão do processo de transição e validação.

13.1. EXECUÇÃO DO OBJETO
a) MOBILIZAÇÃO INICIAL
13.1.1. Após a formalização contratual, deverá ser realizada reunião inicial entre o Município e a contratada para alinhamento das atividades.

13.1.2. A contratada deverá apresentar plano de implantação contendo, no mínimo:
a) cronograma;
b) responsáveis;
c) metodologia de trabalho;
d) etapas de configuração;
e) estratégia de migração;
f) plano de treinamento;
g) plano de testes;
h) cronograma de entrada em produção;
i) procedimentos de contingência;
j) mecanismos de acompanhamento e validação.

b) IMPLANTAÇÃO
13.2.1. A implantação deverá ser concluída no prazo máximo de 90 dias, contado conforme marco definido no edital/contrato.

13.2.2. O prazo poderá ser prorrogado por período equivalente, mediante justificativa formal e concordância do Município, quando demonstrada a necessidade decorrente de circunstâncias relacionadas à execução do projeto.

13.2.3. Nenhum módulo deverá ser colocado em produção sem que tenham sido realizadas as etapas de configuração, migração, testes, validação e treinamento correspondentes.

13.2.4. A entrada em produção deverá ser precedida de aceite do Município quanto às condições mínimas de funcionamento.

c) MIGRAÇÃO

13.3.1. A migração deverá ser realizada de forma planejada, preservando-se a integridade, consistência e rastreabilidade dos dados.

13.3.2. A contratada deverá realizar as correções necessárias sempre que forem identificadas inconsistências decorrentes do processo de migração.

d) OPERAÇÃO CONTINUADA

13.4.1. Após a implantação, a contratada deverá manter a solução disponível durante toda a vigência contratual, assegurando suporte, manutenção, atualização, segurança, backup, hospedagem e demais serviços contratados.

13.4.2. As intervenções que possam afetar a disponibilidade dos serviços deverão ser previamente comunicadas ao Município, sempre que possível, e planejadas de forma a minimizar impactos.

e) ENCERRAMENTO E TRANSIÇÃO

13.5.1. Ao final da contratação, deverá ser executado plano de reversibilidade, assegurando ao Município acesso integral aos dados e informações.

13.5.2. A contratada deverá colaborar para que a transição ocorra de maneira ordenada, evitando descontinuidade dos serviços públicos.

13.6. SERVIÇOS DE DEMANDA VARIÁVEL

13.6.1. Os serviços de demanda variável serão pré-orçados e pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

13.6.2. A contratada poderá ser chamada pelo contratante para realizar ao longo da vigência do contrato os serviços de demanda variável:

a) Serviços de capacitação pós-implantação em função de novas releases dos *softwares* e/ou rodízio de pessoal, cujo ambiente será fornecido pelo contratante, bem como chamados de atendimento técnico local a serem realizados pelos técnicos da contratada nas dependências do contratante ou via conexão remota para tratamento de erros, inconformidades causados pelos usuários dos softwares do contratante ou por fatores

alheios aos aplicativos (vírus e afins, por exemplo) ou outros cuja necessidade tenha sido identificada pelo contratante;
b) Serviços de personalização e customização de softwares, neles relacionados todo os abrangentes e correlatos e todas as suas etapas, incluindo parametrizações, implementação, novas funcionalidades e quaisquer outros necessários para atender necessidades e interesses (oportunidade e conveniência) do contratante pertinentes ao objeto contratado.

13.7. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E LEGAL

13.7.1. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas contratados, incluindo as seguintes atividades:
a) Manutenção corretiva (erros de software): é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo às telas, regras de negócios, relatórios e integração e outras anomalias conhecidas no jargão técnico como “erros de software”. O prazo máximo para reparos e correções é de cinco dias úteis.
b) Manutenção legal: em caso de mudanças de legislação federal, estadual ou em normas infra legais dos órgãos de controle externo, quanto às prestações de contas e contabilidade pública durante a vigência contratual, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema.

13.7.2. A empresa deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do estado, sem qualquer ônus adicionais para a contratante durante a vigência contratual.

13.7.3. Os serviços de manutenção corretiva e legal são uma responsabilidade da contratada abrangidos no conceito do termo de garantia que coincidirá em prazos com a vigência contratual e não incidirão custos adicionais para o contratante.

13.8. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS

13.8.1. Deverá ser realizado treinamento e capacitações iniciais, durante a fase de implantação, para dar condições aos servidores de operar o novo sistema ou novos módulos. Nesse caso, a capacitação deverá deixar os usuários aptos à plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos módulos de programas, abrangendo os níveis funcional e gerencial.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, condicionada à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, observando os preços cotados na proposta adjudicada, e dar-se-á através de conta bancária ou chave PIX/CNPJ, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025 e Decreto 7959/2025, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, conforme disposto neste Edital e no Termo de Referência.

14.2. A Administração poderá recusar o pagamento de serviços que não tenham sido executados de acordo com as especificações estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A presente despesa será sustentada pela seguinte dotação orçamentária:

05.01 - 2.018 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Fazenda
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5451
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

10.01 - 2.055 – Gestão do SUS
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5456
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0040 – ASPS – Ações de Serviços Públicos de Saúde

04.01 - 2.012 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Administração
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5449
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

07.02 – 2.031 – Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5454
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0020 – MDE – Manutenção e Desenv. Ensino

07.02 – 2.029 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5453
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0020 – MDE – Manutenção e Desenv. Ensino

11.02 - 2.083 - Manutenção do Departamento de Assistência Social
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5458
Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 1195 – FMAS – REPASSE MUN.

09.01 - 2.050 - Manutenção da Secretaria M. Meio Ambiente e Ações Relacionadas ao Meio Ambiente
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5455
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

04.03 – 2.017 – Manutenção das Atividades Administrativas do Fundoprevi
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5450
Fonte de Recursos: 1802 – Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
Desdobramento da Fonte: 0430 – Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

12.01 - 2.105 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Obras e Viação
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5459
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

13.01 - 2.112 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Agricultura
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 11.080
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

02.01 - 2.007 – Manutenção das Atividades da Central de Controle Interno
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 11.081
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

14.02 - 2.118 – Manutenção do Serviço Municipal de Trânsito
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 5460
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

02.03 - 2.102 – Manutenção da Coordenadoria de Defesa Civil e Conselho do Fumdec
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 11.082

Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

01.01.2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 9385
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

16.2.1. A sanção prevista na alínea "a" do item 16.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.2. A sanção prevista na alínea "b" do item 16.2 será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 16.1.

16.2.3. A sanção prevista na alínea "c" do item 16.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 16.1.

16.2.4. A sanção prevista na alínea "d" do item 16.2 será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.3.

16.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 16.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

16.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

16.6. A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.7. Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 16.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 16.2, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.12.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "l" do item 16.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

17.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório poderão ser enviados diretamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo Protocolo Online do município, disponível no site www.guapore.1doc.com.br/atendimento.

17.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida conforme comunicação pelo Pregoeiro.

18.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site oficial do município www.guapore.rs.gov.br.

18.9. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente licitação.

18.10. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

18.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

18.12. Integram este Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I – Termo de Referência;

b) Anexo II – Minuta de Contrato.

Guaporé/RS, 13 de novembro de 2026.

ODAIR ANDRÉ ROSSETTO
PREFEITO

ASSESSOR(A) JURÍDICO(A)

PROCESSO Nº 1280/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**Em anexo externo.*

PROCESSO Nº 1280/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2026

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2026

O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita a Av. Silvio Sanson, nº 1135, Centro, Guaporé-RS, inscrita no CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ODAIR ANDRÉ ROSSETO,** doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida à _____, na cidade de _____, fone: _____, e-mail: _____ pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2026, PROCESSO Nº 1280/2026,** homologado em _____, firmam o presente instrumento de contrato, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO, MIGRAÇÃO INTEGRAL DE DADOS, HOSPEDAGEM EM TERRITÓRIO NACIONAL, MANUTENÇÃO, SUPORTE, ATUALIZAÇÃO LEGAL E TECNOLÓGICA, INTEGRAÇÕES, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CONTINUIDADE, REVERSIBILIDADE E PLANO DE SAÍDA, ABRANGENDO A PREFEITURA MUNICIPAL, O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E, QUANTO À CÂMARA DE VEREADORES, EXCLUSIVAMENTE A FUNCIONALIDADE DE PROTOCOLO INICIAL E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS AO PODER EXECUTIVO,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Especificação detalhada do objeto:

Item	Quant.	Un.	Descrição	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência.
b) O Edital da Licitação.
c) A Proposta do contratado.
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) REQUISITOS FUNCIONAIS

a.1. A solução deverá atender integralmente às especificações técnicas constantes do Anexo I.

a.2. A implantação da nova solução não poderá implicar perda injustificada de funcionalidades existentes consideradas necessárias à continuidade das atividades administrativas.

a.3. A solução deverá possibilitar parametrização de acordo com as características, legislação, estrutura administrativa e procedimentos adotados pelo Município.

a.4. Os módulos deverão manter integração e consistência entre si, observadas as permissões de acesso de cada usuário.

a.5. As operações relevantes deverão possuir mecanismos de rastreabilidade e registro, permitindo identificar, quando aplicável, usuário, data, horário e operação realizada. As funcionalidades anteriormente descritas integram a solução de gestão pública e deverão operar de forma articulada, observadas as competências de cada unidade administrativa e os níveis de acesso definidos pelo Município. Considerando, ainda, a abrangência da solução e a necessidade de contemplar as diferentes políticas públicas municipais, o sistema deverá disponibilizar funcionalidades específicas para a gestão das áreas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, assegurando sua integração com os demais módulos e serviços digitais da Administração.

b) MIGRAÇÃO DE DADOS

b.1. A contratada deverá realizar a migração integral dos dados necessários à continuidade dos serviços, abrangendo, conforme aplicável, dados cadastrais, financeiros, contábeis, tributários, funcionais, históricos, documentos, imagens, anexos e demais informações existentes nas bases legadas.

b.2. A migração deverá compreender extração, tratamento, conversão, saneamento quando necessário, importação, validação e conferência.

b.3. Deverão ser realizados testes de consistência e integridade antes da entrada definitiva em produção.

b.4. Eventuais inconsistências identificadas durante a migração deverão ser corrigidas pela contratada, sem prejuízo da continuidade das atividades do Município.

b.5. A migração deverá ocorrer sem perda de dados e sem cobrança adicional pelo volume de informações necessário à continuidade operacional.

c) HOSPEDAGEM E INFRAESTRUTURA

c.1. A infraestrutura deverá possuir certificações reconhecidas ou equivalentes (ISO/IEC 27001, ISO 27018, Tier III ou laudos auditados), admitindo comprovação por documentação similar, conforme item 10 da Cartilha TCE-RS v2.0, garantindo ampla competitividade e vedando direcionamento.

c.2. Os dados deverão permanecer hospedados em território nacional.

c.3. A infraestrutura deverá possuir mecanismos de redundância, monitoramento permanente e recursos suficientes para assegurar o desempenho adequado da solução.

c.4. A disponibilidade mínima da solução deverá ser de 99,5%, ressalvadas indisponibilidades devidamente justificadas e aquelas expressamente previstas no SLA contratual.

c.5. Deverão ser adotados mecanismos de contingência e recuperação capazes de minimizar os impactos decorrentes de falhas de infraestrutura.

d) BACKUP E RECUPERAÇÃO

d.1. A contratada deverá manter política de backup suficiente para preservar a continuidade e a integridade das informações.

d.2. Deverão ser observadas, no mínimo, as seguintes retenções:
a) backups diários dos últimos 30 dias;
b) backups mensais dos últimos 12 meses;
c) backups anuais dos últimos 4 anos.

d.3. Os backups deverão ser mantidos em infraestrutura segura e localizada em território nacional.

d.4. A contratada deverá possuir procedimentos documentados de restauração e recuperação de dados.

d.5. Quando solicitado pelo Município, deverão ser apresentados registros ou evidências dos procedimentos de backup e restauração.

e) SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

e.1. Os dados produzidos, armazenados ou tratados no âmbito da solução pertencem ao Município, não podendo ser utilizados pela contratada para finalidade diversa daquela necessária à execução contratual.

e.2. A solução deverá possuir mecanismos de controle de acesso por usuário, perfil e grupo de permissões.

e.3. Deverão ser adotadas medidas de segurança destinadas a impedir acesso não autorizado, alteração indevida, perda, destruição, vazamento ou tratamento incompatível com as finalidades administrativas.

e.4. A contratada deverá observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

e.5. Eventuais incidentes de segurança que possam comprometer dados ou serviços municipais deverão ser comunicados imediatamente ao Município, acompanhados das informações disponíveis e das providências adotadas para contenção e correção.

e.6. Não será permitida a replicação de backups ou armazenamento de cópias de dados municipais fora do território nacional.

f) SUPORTE TÉCNICO E NÍVEIS DE ATENDIMENTO

f.1. O suporte deverá ser prestado por canais remotos, incluindo, conforme disponibilidade da contratada, telefone, WhatsApp, chat, e-mail e sistema de chamados/ticket.

f.2. Os chamados deverão ser registrados e permitir acompanhamento de seu histórico e situação.

f.3. O tempo máximo para início do atendimento deverá observar, no mínimo:

Criticidade	**Início do atendimento**
Crítica	2 Horas

Alta	Até 4 Horas
Média	Até 1 dia
Baixa	Até 2 dias

f.4. O tempo de início do atendimento não se confunde com o prazo para solução definitiva, devendo os prazos de solução, contingência e restabelecimento ser estabelecidos em matriz própria de SLA.

f.5. Deverá ser disponibilizado suporte presencial por, no mínimo, 36 dias por ano, conforme necessidade e planejamento do Município.

f.6. A contratada deverá manter equipe tecnicamente capacitada para atendimento das demandas relacionadas aos módulos contratados.

g) ATUALIZAÇÕES LEGAIS E TECNOLÓGICAS

g.1. As atualizações necessárias em razão de alterações legais, regulamentares ou de sistemas oficiais deverão ser realizadas pela contratada sem cobrança adicional quando relacionadas ao funcionamento regular da solução contratada.

g.2. Deverão ser contempladas, quando aplicáveis, alterações relacionadas a sistemas e obrigações oficiais, inclusive SIAFIC, eSocial, LGPD, Sinter, exigências do TCE/RS e demais sistemas oficiais que impactem diretamente os módulos contratados.

h) CAPACITAÇÃO

h.1. A contratada deverá promover treinamento dos usuários antes da entrada de cada módulo em produção.

h.2. O treinamento deverá ser realizado por área e funcionalidade, contemplando usuários operacionais, gestores e demais servidores indicados pelo Município.

h.3. Deverão ser disponibilizados manuais de utilização e, quando aplicável, registros ou gravações dos treinamentos realizados.

i) REVERSIBILIDADE E ENCERRAMENTO

i.1. Ao término da contratação, rescisão, extinção ou não renovação, a contratada deverá fornecer ao Município todos os dados e informações necessários à continuidade dos serviços e à transição para outra solução.

i.2. A exportação deverá contemplar, conforme aplicável:

a) banco de dados completo;
b) arquivos em formatos abertos;
c) arquivos .sql;
d) arquivos .csv;
e) documentos;
f) imagens;
g) históricos;
h) anexos;
i) estruturas necessárias à interpretação dos dados;
j) dicionário de dados e documentação técnica disponível.

i.3. A contratada deverá prestar apoio técnico durante a transição, dentro das condições estabelecidas no contrato.

i.4. Não poderá haver retenção dos dados municipais como forma de garantia de pagamento ou por qualquer outro motivo.

i.5. A eliminação definitiva de dados pela contratada somente poderá ocorrer após autorização formal do Município e conclusão do processo de transição e validação.

2.1. EXECUÇÃO DO OBJETO
a) MOBILIZAÇÃO INICIAL
2.1.1. Após a formalização contratual, deverá ser realizada reunião inicial entre o Município e a contratada para alinhamento das atividades.

2.1.2. A contratada deverá apresentar plano de implantação contendo, no mínimo:
a) cronograma;
b) responsáveis;
c) metodologia de trabalho;
d) etapas de configuração;
e) estratégia de migração;
f) plano de treinamento;
g) plano de testes;
h) cronograma de entrada em produção;
i) procedimentos de contingência;
j) mecanismos de acompanhamento e validação.

b) IMPLANTAÇÃO
2.2.1. A implantação deverá ser concluída no prazo máximo de 90 dias, contado conforme marco definido no edital/contrato.

2.2.2. O prazo poderá ser prorrogado por período equivalente, mediante justificativa formal e concordância do Município, quando demonstrada a necessidade decorrente de circunstâncias relacionadas à execução do projeto.

2.2.3. Nenhum módulo deverá ser colocado em produção sem que tenham sido realizadas as etapas de configuração, migração, testes, validação e treinamento correspondentes.

2.2.4. A entrada em produção deverá ser precedida de aceite do Município quanto às condições mínimas de funcionamento.

c) MIGRAÇÃO

2.3.1. A migração deverá ser realizada de forma planejada, preservando-se a integridade, consistência e rastreabilidade dos dados.

2.3.2. A contratada deverá realizar as correções necessárias sempre que forem identificadas inconsistências decorrentes do processo de migração.

d) OPERAÇÃO CONTINUADA

2.4.1. Após a implantação, a contratada deverá manter a solução disponível durante toda a vigência contratual, assegurando suporte, manutenção, atualização, segurança, backup, hospedagem e demais serviços contratados.

2.4.2. As intervenções que possam afetar a disponibilidade dos serviços deverão ser previamente comunicadas ao Município, sempre que possível, e planejadas de forma a minimizar impactos.

e) ENCERRAMENTO E TRANSIÇÃO

2.5.1. Ao final da contratação, deverá ser executado plano de reversibilidade, assegurando ao Município acesso integral aos dados e informações.

2.5.2. A contratada deverá colaborar para que a transição ocorra de maneira ordenada, evitando descontinuidade dos serviços públicos.

2.6. SERVIÇOS DE DEMANDA VARIÁVEL

2.6.1. Os serviços de demanda variável serão pré-orçados e pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

2.6.2. A contratada poderá ser chamada pelo contratante para realizar ao longo da vigência do contrato os serviços de demanda variável:

a) Serviços de capacitação pós-implantação em função de novas releases dos *softwares* e/ou rodízio de pessoal, cujo ambiente será fornecido pelo contratante, bem como

chamados de atendimento técnico local a serem realizados pelos técnicos da contratada nas dependências do contratante ou via conexão remota para tratamento de erros, inconformidades causados pelos usuários dos softwares do contratante ou por fatores alheios aos aplicativos (vírus e afins, por exemplo) ou outros cuja necessidade tenha sido identificada pelo contratante;
b) Serviços de personalização e customização de softwares, neles relacionados todo os abrangentes e correlatos e todas as suas etapas, incluindo parametrizações, implementação, novas funcionalidades e quaisquer outros necessários para atender necessidades e interesses (oportunidade e conveniência) do contratante pertinentes ao objeto contratado.

2.7. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E LEGAL

2.7.1. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas contratados, incluindo as seguintes atividades:
a) Manutenção corretiva (erros de software): é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo às telas, regras de negócios, relatórios e integração e outras anomalias conhecidas no jargão técnico como “erros de software”. O prazo máximo para reparos e correções é de cinco dias úteis.
b) Manutenção legal: em caso de mudanças de legislação federal, estadual ou em normas infra legais dos órgãos de controle externo, quanto às prestações de contas e contabilidade pública durante a vigência contratual, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema.

2.7.2. A empresa deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do estado, sem qualquer ônus adicionais para a contratante durante a vigência contratual.

2.7.3. Os serviços de manutenção corretiva e legal são uma responsabilidade da contratada abrangidos no conceito do termo de garantia que coincidirá em prazos com a vigência contratual e não incidirão custos adicionais para o contratante.

2.8. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS

2.8.1. Deverá ser realizado treinamento e capacitações iniciais, durante a fase de implantação, para dar condições aos servidores de operar o novo sistema ou novos módulos. Nesse caso, a capacitação deverá deixar os usuários aptos à plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos módulos de programas, abrangendo os níveis funcional e gerencial.

2.9. OS SERVIÇOS CONTRATADOS DEVEM SER PRESTADOS DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2.10. Quando dos serviços, a Secretaria responsável pela fiscalização efetuará a verificação quanto à conformidade com o instrumento contratual.

2.11. A Administração rejeitará serviços com descrição diferente daquela constante no objeto contratual, bem como em desconformidade com os padrões estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da emissão do mesmo, iniciando na data de sua assinatura até _____.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, com base no disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. Em caso de prorrogação de vigência, o preço dos serviços poderá ser reajustado após cada 12 (doze) meses, tendo como marco inicial, a data limite para apresentação das propostas, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

3.4. Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital.

4.2. O modelo de gestão seguirá o constante no Decreto Municipal nº 7441/2023, de 28 de novembro de 2023.

4.3. O gestor do presente contrato serão os que seguem, conforme indicação constante no Termo de Referência:

Secretaria Municipal da Administração:
Gestor: Flávio Ferreira Vieira;
Fiscal: Verônica de Campos Velho;
Suplente: Tâmi Polita Romanzini.

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte:
Gestora: Secretário da Pasta;
Fiscal: Jéssica Maria Miotto;
Suplente: Vitor Henrique Tirapelli.

Secretaria Municipal de Obras e Viação:
Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Cássio Baggio Cover;
Suplente: Luis Fernando Pandolfo.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
Gestora: Secretário da Pasta;
Fiscal: Natasha Dai Prai;
Suplente: Marineide Luiza Kunzler da Rosa.

Secretaria Municipal da Saúde – Centro Municipal de Saúde e Unidades Básicas de Saúde:
Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Ivanete Ghiggi;
Suplente: Jéssica Lunardi Xavier.

Secretaria Municipal de Educação – Escolas da Rede Municipal de Educação Infantil e Escolas da Rede Municipal de Educação de Ensino Fundamental:
Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Matheus André da Rosa Cruz;
Suplente: Bruna Luiza Brandt.

Secretaria Municipal do Meio Ambiente:
Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Fernanda Enderle;
Suplente: Marcelo Ribeiro de Paiva.

Secretaria Municipal da Agricultura:

Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Luis Fernando Pandolfo;
Suplente: Cássio Baggio Cover.

Secretaria Municipal Trânsito:
Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Giovana Ecco Mochetti;
Suplente: Norton da Rocha Flores.

Secretaria Geral de Governo:
Gestor: Secretário da Pasta;
Fiscal: Letícia Paola Ribeiro;
Suplente: Vinícius Lazzarotto.

Secretaria Municipal Fazenda:
Gestora: Neuza Zonatto;
Fiscal: Tarcia Masutti;
Suplente:.

Secretaria Municipal Coordenação, Planejamento e Desenvolvimento Econômico:
Gestor: André Gregianin Severo;
Fiscal: Ana Paula Melati Kohl;
Suplente: Cássio Valdimir Filipin.

4.4. A fiscalização observará os seguintes critérios:
• Matriz de responsabilidades Município x contratada e critérios objetivos de aceite, especialmente para implantação, migração, integrações, suporte e reversibilidade.
• Preservação de todas as funcionalidades relevantes do contrato vigente, evitando perdas silenciosas durante a transição;
• Integrações e APIs/WebServices, inclusive sistemas oficiais, instituições financeiras, proteção ao crédito e demais integrações identificadas;
• SLA: distinção entre início do atendimento e solução/contorno, classificação de criticidade, prazos, indicadores, glosas e penalidades;
• Reversibilidade e plano de saída, incluindo banco de dados, documentos, imagens, históricos, dicionário de dados, formatos abertos, apoio à nova contratada e proibição de retenção/cobrança pelos dados;
• Migração integral: 210 GB como mera estimativa, sem limite máximo e sem cobrança adicional por volume superior necessário à continuidade;
• Gestão de cemitérios com detalhamento de espaços, carneiras, sepultamentos, exumações, concessões, localização/mapa, cobrança, documentos e relatórios;

• Cobrança registrada, SPC/SCPC e protesto de CDA;
• Margem consignável: cálculo, limites, consignações, instituições, parcelas, histórico e integração com folha;
• Gestão do RPPS: módulo específico, benefícios, paridade, integralidade, regras de transição, CADPREV, integrações e trilhas de auditoria.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O presente contrato possui o valor de R$ _____, em conformidade com a proposta adjudicada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. As parcelas serão distribuídas de acordo com as seguintes regras:
a. Serviços de implantação e treinamento dos usuários: os serviços de implantação, migração e treinamento dos usuários realizados serão pagos em parcela única com vencimento em até 15 (quinze) dias depois da sua realização.
b. Provimento de *datacenter* e locação dos sistemas, suporte técnico e demais serviços mensais: serão pagos de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira com vencimento aos 30 dias a contar da instalação do sistema.
c. Serviços sob demanda variável: os serviços ofertados por hora técnica (sob demanda) serão pagos de acordo com o número de horas técnicas utilizadas no mês anterior ao mês do pagamento, em conjunto com as parcelas mensais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, condicionada à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, observando os preços cotados na proposta adjudicada, e dar-se-á através de conta bancária ou chave PIX/CNPJ, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025 e Decreto 7959/2025, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, conforme disposto neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.

7.2. A Administração poderá recusar o pagamento de serviços que não tenham sido executados de acordo com as especificações estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

7.3. A medição deverá observar a natureza de cada componente da contratação, considerando, conforme aplicável:
a) implantação;
b) migração;
c) licenciamento/locação;
d) hospedagem;
e) suporte;
f) manutenção;
g) treinamento;
h) serviços presenciais;
i) horas técnicas efetivamente autorizadas e executadas.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (se houver).

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.10. Também constituem obrigações da contratante:

a) Documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração desde a implantação até as demais no decorrer do contrato, bem como conferir todas as intervenções feitas no sistema pela Contratada antes de liberação para o uso, de modo a evitar possíveis erros ou equívocos, uma vez que o Contratante é o proprietário do banco de dados e responsável por todos os parâmetros, dados e informações repassadas aos técnicos da Contratada para realização de seus serviços;

b) Responsabiliza-se por erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema;

c) Emitir termo de recebimento definitivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório e atendidas as solicitações ali formuladas;

d) Dispor de equipamentos de informática adequados para uso do sistema e programas locados;

e) Proceder o *download* da cópia de segurança do banco de dados ou disponibilizar estrutura para redundância de informações, assumindo integral responsabilidade pela proteção, integridade e guarda arquivos de dados, todos de sua propriedade, visando satisfazer às necessidades de segurança, assim como *restart* e recuperação no caso de falha de máquina;

f) Cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento e operacionalidade do sistema;

g) Dar prioridade aos técnicos da licitante para utilização do equipamento da prefeitura quando da visita técnica dos mesmos, bem como assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar os serviços.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

9.1.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.7.1. O contratante poderá solicitar que o contratado comprove que cumpre o exposto no inciso 9.1.7, a qualquer tempo.

9.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2. Também constituem obrigações da contratada:

a) Arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais, incluindo despesas referentes a transporte aéreo, traslados, hospedagens, alimentação e pagamento de diárias, dentre outros afins, no atendimento à execução dos serviços descritos neste termo, durante toda a vigência contratual;

b) Executar os serviços necessárias à implantação dos módulos do sistema contratado, autorizados formalmente pela prefeitura, através de ordem de início de serviço, no prazo máximo declarado no contrato;

c) Efetuar a manutenção legal do sistema para adaptação às alterações legais (legislação federal e estadual) inerentes às suas funcionalidades, durante toda a vigência do contrato, devendo executar as atualizações que se fizerem necessárias para o seu perfeito funcionamento e enquadramento as mudanças nas legislações;

d) Com relação ao data center, manter os sistemas básicos (sistema operacional, servidor de aplicação, servidor de banco de dados etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando *software* livre);

e) Fornecer ferramenta informatizada para monitoramento e *download* de cópia dos dados, a ser realizado por servidor público do quadro da prefeitura com conhecimento técnico e expressamente designado;

f) Disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do Estado, sem quaisquer ônus adicionais para a prefeitura, durante a vigência contratual;

g) Efetuar a manutenção corretiva do sistema, corrigindo eventuais falhas, independentemente de serem observadas ou não pelos usuários;

h) Prestar o serviço de suporte técnico conforme disposições do termo de referência e contrato;

i) Executar as customizações do sistema, conforme viabilidade técnica e solicitações da prefeitura, mediante orçamento prévio aprovado e mediante acordo de serviços;

j) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação que deu origem a contratação;

k) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da prefeitura;

l) Manter o(s) servidor(es) da prefeitura, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias;

m) Desenvolver todas as atividades constantes no edital e seus anexos, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;

n) Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Administração Pública, guardando total sigilo perante terceiros;

o) Após a rescisão ou ao fim do contrato, fornecer *backup* e a senha de acesso completo ao banco de dados;

p) Comunicar imediatamente, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;

q) Efetuar garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico pelo período de vigência contratual;

r) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao contratante ou terceiros em função do desempenho de suas atividades, se apurada culpa ou responsabilidade civil, nos termos da legislação, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.8.2. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.10. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) multa diária de 0,25% sobre o valor total do contrato por atraso injustificado;

d) multa de 10% sobre o valor total por inexecução parcial;

e) Multa de 15% sobre o valor total por inexecução total;

f) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1. A sanção prevista na alínea "a" do item 11.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2. A sanção prevista na alínea "b" do item 11.2 será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1.

11.2.3. A sanção prevista na alínea "c" do item 11.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 11.1.

11.2.4. A sanção prevista na alínea "d" do item 11.2 será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.2.3.

11.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 11.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções previstas no item 11.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 11.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 11.2, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.12.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 11.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
c) Indenizações e multas.

12.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.7. Quando da extinção, o fiscal ou o gestor deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

12.10. O contratante poderá ainda:

I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação onerarão a seguinte dotação orçamentária:

05.01 - 2.018 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Fazenda
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5451
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

10.01 - 2.055 – Gestão do SUS
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5456
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0040 – ASPS – Ações de Serviços Públicos de Saúde

04.01 - 2.012 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Administração
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5449
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

07.02 – 2.031 – Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5454
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0020 – MDE – Manutenção e Desenv. Ensino

07.02 – 2.029 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5453
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0020 – MDE – Manutenção e Desenv. Ensino

11.02 - 2.083 - Manutenção do Departamento de Assistência Social
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5458
Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 1195 – FMAS – REPASSE MUN.

09.01 - 2.050 - Manutenção da Secretaria M. Meio Ambiente e Ações Relacionadas ao Meio Ambiente
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5455
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

04.03 – 2.017 – Manutenção das Atividades Administrativas do Fundoprevi
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5450
Fonte de Recursos: 1802 – Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
Desdobramento da Fonte: 0430 – Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

12.01 - 2.105 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Obras e Viação
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 5459
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

13.01 - 2.112 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Agricultura
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 11.080
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

02.01 - 2.007 – Manutenção das Atividades da Central de Controle Interno
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 11.081
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

14.02 - 2.118 – Manutenção do Serviço Municipal de Trânsito
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 5460
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

02.03 - 2.102 – Manutenção da Coordenadoria de Defesa Civil e Conselho do Fumdec
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) – 11.082
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

01.01.2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo
3.3.90.40.17.00.00 - Computação em Nuvem - Infraestrutura como Serviço (IaaS) - 9385
Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de impostos
Desdobramento da Fonte: 0001 – Recurso Livre - Administração Direta Municipal

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e na sua imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. As partes elegem como competente o Foro da Comarca de Guaporé/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em vias de igual teor e na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Assinaturas